



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

Influência dos fatores de governança na composição das despesas públicas e crescimento econômico no continente americano

RUBENS CARLOS RODRIGUES

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

FRANCISCA FRANCIVÂNIA RODRIGUES RIBEIRO MACÊDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ (UVA)

Influência dos fatores de governança na composição das despesas públicas e crescimento econômico no continente americano

1 INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, o mundo contemporâneo sofreu diversas transformações, podendo-se destacar a deficiência do modelo administrativo do Estado e a adoção da Nova Gestão Pública. Em tal ambiente, o Estado reafirma a sua relevância e é estimulado a adotar ações inovadoras na gestão pública, visando o alcance de resultados sociais (tais como, a redução das desigualdades e da pobreza) e econômicos - nestes incluída a ampliação da confiança da economia (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

Assim, no ímpeto de aperfeiçoar a *res* pública, vêm-se consolidando um sistema de governança com ações transversais que visam incrementar o contínuo monitoramento da gestão, com o intuito de atuar mais fortemente na prevenção de riscos nas áreas administrativas, orçamentárias, de pessoal, dentre outras. Em outras palavras, ao se utilizar o conjunto de mecanismos de liderança que a governança traz per se, pretende-se ampliar o desempenho institucional e reduzir assimetrias de informação. Além de propor recomendações, alinhar interesses e contribuir para a modernização e o sucesso da gestão.

A estrutura de governança dá-se por meio da inter-relação de processos e atividades que perpassam suas diversas unidades, principalmente naquelas mais próximas do nível estratégico e, podem ser empregadas como indicadores para avaliar a composição das despesas públicas e o crescimento econômico do país e buscando mensurar a governança nos países, e assim ser possível traçar comparativos entre as economias, sendo os indicadores de governança mundial (WGI) elaborado pelo Banco Mundial, um dos mais utilizados em estudos relacionados com a governança (JACQUES; VICENTE; ENSSLIN, 2013).

A instituição líder em termos de construção de indicadores de qualidade da governança é o Banco Mundial (PONIATOWICZ; DZIEMIANOWICZ; KARGOL-WASILUK, 2020; THANH; HART; CANH, 2020), sendo o primeiro estudo empírico sobre esta medição realizado em 1996, por Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton e abrangendo 178 países. Nesse momento, nascia o *Worldwide Governance Indicators* (WGI) do Banco Mundial. O segundo estudo, publicado em 1999, também por Kaufmann *et al.* (1999), envolveu a análise de 199 países, baseado em 300 indicadores.

Conquanto, a governança é uma temática que ainda está em processo de disseminação e implantação das suas boas práticas nas instituições públicas (TEIXEIRA; GOMES, 2019), dado que as reformas necessárias para a modernização da gestão pública ainda estão em fase de discussão por parte dos poderes. Dentre os elementos motivadores para sua implementação na seara pública, destacam-se a busca pelo aumento da eficiência na utilização dos recursos públicos e melhoria na qualidade da prestação dos serviços (BUTA; TEIXEIRA, 2020).

Ao mencionar sobre recursos públicos, conforme estabelece a teoria econômica, as despesas públicas constituem-se como um dos fatores para o crescimento econômico, haja vista que com o valor das despesas públicas sendo superior ao das receitas, impõe-se o desafio de gerenciar a dívida pública (LI, 2016) e a necessidade de se implementar uma gestão eficiente para um melhor emprego dos recursos públicos, pois há uma relação linear positiva entre gastos públicos e benefícios à sociedade (MAGDALENA; SUHATMAN, 2020).

A qualidade da governança das instituições de um país influencia consideravelmente o desenvolvimento nacional, impactando diretamente o desenvolvimento humano e a qualidade dos serviços (GAYGIZIS, 2013), sendo fundamental para que o gasto público e os resultados sejam eficientes (THANH; HART; CANH, 2020). No entanto, Baciú e Botezat (2014) opõem-se a tal relação ao afirmarem que, nos países desenvolvidos, o aumento da despesa pública não correspondeu a um aumento equivalente no bem-estar social e no

crescimento econômico.

Al-Naser e Hamdan (2021), por sua vez, constataram que as práticas de governança pública têm efeitos significativos no crescimento econômico de uma nação, ao passo que Thanh, Hart e Canh (2020) associaram a existência de melhores índices de governança, com uma melhor alocação dos recursos pelo Estado. Ressaltando que, conforme Gründler e Potrafke (2019), o efeito da corrupção sobre o crescimento é negativo em países com baixa qualidade de governança e instituições políticas, mas esse efeito é mitigado por uma melhor governança democrática.

Destarte, a compreensão da eficiência na alocação das despesas públicas é uma preocupação que interfere no desenvolvimento do país (CHAN; KARIM, 2012), pois os instrumentos de política fiscal, como os gastos em infraestrutura pública, pesquisa e outras áreas, têm efeitos a longo prazo na economia dos países (CHUGUNOV; PASICHNYI, 2018).

Ante o exposto, percebe-se que as temáticas abordadas estão em pleno vigor nas discussões nacionais e internacionais, com campos sem consenso, suscitando boas oportunidades de pesquisa. Assim, a pergunta norteadora deste estudo é: Qual a influência dos fatores de governança pública na composição das despesas públicas e no crescimento econômico das Américas? Para responder ao questionamento, traçou-se como objetivo geral verificar a influência dos fatores de governança pública na composição (estrutura e tamanho) das despesas públicas e no crescimento econômico dos países do continente americano.

A relevância em se estudar os assuntos propostos, dá-se pelo contributo reflexivo e prático junto aos gestores, inspirando-os a engendrar ações em prol da implementação da boa governança e, com isso, oportunizando a melhoria do desenvolvimento socioeconômico dos países, em especial os latino-americanos. Conforme Caetano, Araújo e Khan (2019), desde a década de 2000, embora tais países venham apresentando expressivo crescimento econômico, esse desenvolvimento é caracterizado pela distribuição desigual dos recursos públicos.

Ademais, a motivação para se pesquisar sobre governança pública, dá-se por esta ser um componente primordial na produção de resultados para as partes interessadas e elemento relevante para o crescimento do país (MAGDALENA; SUHATMAN, 2020), sendo ainda conteúdo ainda inconcluso e em evolução (ALMQVIST *et al.*, 2013), com hiatos de pesquisa.

Concernente às despesas públicas e ao crescimento econômico, julga-se serem temas importantes dentro do cenário público, para que os gestores públicos possam atender às necessidades, primárias e secundárias, da população, precisam realizar gastos (SCARPIN *et al.*, 2012) e, para que se instigue potenciais investidores a fazerem aportes de recursos no país é importante que haja o crescimento do Produto Interno Bruto, visto que, nenhum empresário investirá em uma economia estagnada.

Quanto à escolha das Américas (Sul, Central e Norte), alguns dos motivos para estudá-las diz respeito à variabilidade que a amostra comporta em si, podendo refletir diferentes graus das variáveis que envolvem questões relativas ao setor público (SILVA *et al.*, 2020). Aliado a isso, justifica-se também pela importância em compreender os efeitos da governança pública sobre as despesas públicas, tendo em vista a instabilidade econômica e política vivida na maior parte dos países pertencentes ao continente americano e devido ao fato dos seus cidadãos enfrentarem maiores níveis de assimetria informacional (ALMEIDA-SANTOS *et al.*, 2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção traz os posicionamentos teóricos e empíricos que servirão de base para o desenvolvimento da linha de raciocínio da pesquisa. Inicialmente, apresentam-se ponderações sobre Administração pública e sua evolução. Na sequência, apresentam-se reflexões sobre a governança pública, despesas e crescimento econômico. Por último, evidenciam-se fatores de governança pública.

2.1 Administração pública: conceitos, modelos e evolução

Administrar a coisa pública implica em gerir o interesse público. De modo simplificado, pode-se afirmar que a administração pública é composta por um conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, que segundo Macêdo, Machado e Scarpin (2014) devem ser utilizados em prol do atendimento das necessidades primárias da população, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas.

Na mesma linha de raciocínio, Martins, Kunz e Santos Neta (2021, p. 321) comentam que a “administração pública corresponde às atividades do poder público com o objetivo de atender à coletividade, visando satisfazer às necessidades públicas”, correspondendo “à gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal visando ao bem comum [...]” (MARTINS; KUNZ; SANTOS NETA, 2021, p. 322).

Definições à parte, a estrutura e as funções do Estado têm sido moldadas ao longo dos anos, evoluindo conforme complexidades, posturas e exigências da sociedade. A própria administração e gestão pública tem sido objeto de reformas (MANDELI, 2016). Consoante Gomes e Silva (2020), experienciou-se três tipos de administração pública, quais sejam:

- a) a patrimonialista (formalista e rígida, imperando no Brasil até os anos 30);
- b) a burocrática (formalista, rígida e processual, vigorando absoluta dos anos 30 até os anos 80); e
- c) a gerencial (focada nos resultados, na qual o controle muda o foco dos meios – processos – para os fins - resultados).

Matias-Pereira (2018) ressalta que as mudanças nos modelos foram marcadas por transições inseridas em um espaço de crise, visando atender os anseios do modelo em vigor, não representando uma ruptura total, mas um aperfeiçoamento dos conceitos e pressupostos considerados válidos, frente ao contexto da gestão pública do período.

Concernente ao modelo burocrático, este acabou mantendo seus “tentáculos” na administração pública, durante boa parte do século XX, resultando no aumento excessivo da máquina pública, no engessamento das atividades do Estado e na ineficiência da aplicação dos recursos públicos, culminando na crise do Estado (SILVA, 2021), pois os seus princípios consistiam de hierarquização, formalização e divisão do trabalho, impessoalidade, meritocracia, separação entre propriedade e administração, profissionalização dos funcionários e previsibilidade para atingir melhores níveis de eficiência (DIAS; CARIO, 2014). Dentre as razões do declínio deste modelo destacam-se a sua rigidez nas regras estabelecidas e o excesso de consumo de recursos públicos, não considerando aspectos como eficiência e efetividade (MANDELI, 2016).

O modelo burocrático, tendo cumprido o seu papel no passado, tornou-se obsoleto por seu caráter excessivamente formalista, rígido, hierarquizado e pouco comprometido com resultados. Por esse motivo, viu-se a necessidade iminente de dar outro salto evolutivo e embora ainda se tenham fortes resquícios do modelo burocrático presente em diversas frentes na administração pública, vem-se buscando (a passos lentos) firmar o modelo gerencial, que segundo Botelho e Held (2021, p. 172), “se funda na busca incessante pela diminuição dos custos, melhoria e eficiência na prestação do serviço público e no cidadão-cliente, aos moldes da iniciativa privada”, consonante com os ideários da *new public management*.

As reformas nas organizações públicas idealizadas pela *new public management*, visam melhorar a qualidade, eficiência e eficácia das políticas e dos serviços públicos, voltando o aparato da máquina pública para os resultados (LAPUENTE; WALLE, 2020).

Ante o exposto, pode-se inferir que “os constantes desafios, as mudanças e as imposições legais vinculados à administração pública incitam, inevitavelmente, modificações no modo de administrar os recursos públicos” (MACÊDO; MACHADO; SCARPIN, 2014, p. 157) no passado, hoje e sempre.

2.2 Governança pública (definições, indicador e fatores) e interações com despesas, crescimento e administração pública

No decorrer das últimas décadas, tem havido acirradas discussões e debates recorrentes sobre a governança, motivados especialmente por expressivas falhas ocorridas nos entes públicos e privados de todo o mundo (SWARBRICK, 2011; KUMAH; BRAZYS, 2016). Dzhumashev (2014) esclarece que a governança pública abrange a organização dos sistemas sociais, econômicos e políticos. Consequentemente, diferentes dimensões (fatores) da governança pública podem ter impactos diversos sobre o desenvolvimento econômico (MAGDALENA; SUHATMAN, 2020).

Vários modelos econômicos estudaram diferentes aspectos da boa governança, como: controle da corrupção, transparência e maior responsabilidade (por exemplo, KUMAH; BRAZYS, 2016; THANH; HART; CANH, 2020) e, ambos os estudos constataram que de algum modo esses fatores afetavam as despesas e os resultados do setor público. Já Hu e Mendoza (2013) asseveram que o papel da governança e sua influência nos gastos públicos e resultados ainda é uma questão em debate na literatura empírica.

O *Worldwide Governance Indicators* (WGI) foi desenvolvido pelo Banco Mundial em 1996 e em 1999 publicou o segundo estudo, encabeçado por Kaufmann *et al.* (1999), envolvendo a análise de 199 países, baseado em 300 indicadores.

O WGI agrega medidas individuais de qualidade de governança em três dimensões, com dois indicadores cada. A primeira dimensão refere-se ao processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos, possuindo como indicadores: “Voz e responsabilização” a qual abrange a medição dos direitos políticos, civis liberdades e direitos humanos; e “Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo” significa a medição da probabilidade de desestabilização, ameaças violentas e mudanças no governo por meio de atos de violência possivelmente inconstitucionais, incluindo terrorismo.

A segunda dimensão concerne à capacidade do governo em efetivamente formular e implementar políticas sólidas, sendo esta dimensão formada pelos indicadores: “Eficácia do governo” abrangendo a medição do profissionalismo da administração pública e a qualidade dos serviços públicos fornecidos; e “Qualidade regulatória” diz respeito à medição do grau de interferência do fator público-administrativo na economia de mercado;

Ao passo que a terceira dimensão alude ao respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições que governam, atrelado às suas interações econômicas e sociais, sendo seus indicadores: “Estado de direito” avaliando a eficiência operacional do judiciário, a qualidade dos contratos e proteção dos direitos de propriedade; e “Controle da corrupção” medindo a percepção de corrupção entendida como utilização da autoridade pública para fins privados (PONIATOWICZ; DZIEMIANOWICZ; KARGOL-WASILUK, 2020).

A governança inclui vários tipos de mecanismos, sobretudo, estruturas que clarificam as responsabilidades dos vários participantes, as abordagens que promovem as capacidades para cumprir essas responsabilidades e as ferramentas como sistemas de controle interno e de responsabilidade externa (ALMQVIST *et al.*, 2013).

Isto posto, percebe-se que a governança pode sugerir aspectos importantes na administração pública, seja na utilização dos recursos ou mesmo influenciar os resultados obtidos. Zhang, Wang e Yang (2022) validam esta afirmação ao asseverarem que tanto a qualidade institucional (leia-se: governança pública), quanto a administração pública são fatores importantes para o crescimento econômico, uma vez que ambos desempenham um papel relevante em todas as políticas econômicas e ambientais, revelando que a qualidade da administração pública promovia significativo desempenho econômico global.

Ao passo que Mohanty e Bhanumurthy (2018) verificaram que tanto a qualidade da governança, quanto o crescimento econômico afetavam a eficiência da educação, saúde e setor social, com a governança exercendo um efeito maior em comparação com o crescimento.

No geral, o estudo sugeriu que o foco na boa governança poderia gerar melhores resultados nos gastos públicos. Entretanto Dzhumashev (2014) chama a atenção para a prática de corrupção nos países, que varia devido às diferenças no desenvolvimento e nos ambientes institucionais, sendo que o papel da governança na formação da relação entre corrupção e crescimento econômico não é simples, pois impulsiona não só a incidência de corrupção, mas também a eficiência das atividades do setor público.

Para De La Croix e Delavallade (2009), a corrupção afeta o crescimento econômico por diversos canais, um deles que consiste em modificação da estrutura do gasto público em favor de tipos específicos de gastos, acarretando diferentes distorções orçamentárias de acordo com a qualidade das instituições jurídicas e políticas e ao nível de desenvolvimento.

Com isto, as pesquisas que estão sendo desenvolvidas, extrapolam analisar os efeitos diretos e tem buscado investigar os processos pelos quais a corrupção afeta o crescimento, em particular seu impacto na importante relação entre os gastos do governo e o crescimento econômico (D'AGOSTINO *et al.*, 2016).

Como se vê, a boa governança mostra-se como fator preponderante para o atingimento de melhores resultados em diversas frentes, influenciando as despesas públicas, o crescimento econômico e a própria administração pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Quanto aos procedimentos, como documental. Quanto à abordagem do problema, enquadra-se como quantitativo (CRESWELL, 2014), haja vista que verificará a influência dos fatores de governança na composição das despesas públicas e no crescimento dos países das Américas Central, Norte e Sul. No Quadro 1, pode-se observar o constructo da pesquisa.

A estrutura das despesas públicas no Quadro 01 seguiu a *Classification of the Functions of Government* (COFOG) que divide as despesas em: serviços públicos gerais, defesa, segurança e ordem pública, assuntos econômicos, proteção do ambiente, habitação e equipamentos coletivos, saúde, recreação, cultura e religião, educação e proteção social. Conquanto, devido à disponibilidade dos dados, neste estudo, foram utilizadas as despesas com saúde (DespSaud), educação (DespEduc), defesa (DespDef) e o tamanho das despesas públicas (DespTot), todas em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), o qual foi adotado para o cálculo do crescimento e relacionado ao nível de desenvolvimento do país.

Como variáveis independentes, utilizaram-se os fatores de governança pública. Neste estudo, optou-se por analisar separadamente as dimensões do *Worldwide Governance Indicators* (WGI), cujas unidades são fornecidas como uma distribuição normal padrão, com média zero e desvio padrão de um, variando de cerca de -2,5 a 2,5.

Os dados utilizados compreenderam o intervalo temporal entre anos de 2000 a 2020 e foram coletados em *websites* de instituições internacionais, quais sejam: World Bank e International Monetary Fund. Destaca-se que foi escolhido esse interregno de 2000 a 2020 devido algumas variáveis não terem a sua divulgação anual antes do ano de 2000 e de outras ainda não estarem disponíveis para os anos posteriores a 2020. Aliado a isso, escolheu-se o intervalo de 21 anos para que se tivesse condições de verificar com mais segurança a evolução de alguns indicadores ao longo do tempo, pois, um longo período facilita a apreensão de possíveis diferenças na estrutura e no tamanho das receitas e despesas públicas, tendo em vista que, muitas vezes, levam tempo para refletir seus efeitos e, com isso, evitam-se flutuações de curto prazo induzidas pelas mudanças nos gastos públicos (SILVA *et al.*, 2020).

Quadro 1- Constructo da pesquisa

Variáveis Dependentes		
Variáveis	Métricas	Autores base
Estrutura das Despesas	DespEduc = Educação/PIB	Lupu et al. (2018), Kutasi e Marton (2020)
	DespSaud = Saúde/PIB	
	DespDefes = Defesa/PIB	
Tamanho das Despesas	DespTot = Despesas totais/PIB	Eterovic e Eterovic (2012), Vámošová (2018)
Crescimento	PIB = Produto interno bruto	Dani et al. (2018), Poniatowicz, Dziemianowicz e Kargol-Wasiluk (2020), Kutasi e Marton (2020), Al-Naser e Hamdan (2021)
Variáveis Independentes		
Variáveis	Métricas	Autores base
Fatores de Governança	Indicador de Voz e responsabilização (GovD1VR); Indicador de Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo (GovD2ePAV); Eficácia do governo (GovD3EG); Qualidade regulatória (GovD4QR); Estado de direito (GovD5ED); Controle da corrupção (GovD6CC)	Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010), Poniatowicz, Dziemianowicz e Kargol-Wasiluk (2020) e Nedić, Despotović, Cvetanović, Djukić e Petrović (2020), Al-Naser e Hamdan (2021)
Variáveis de Controle		
Variáveis	Métricas	Autores base
População total	PopTotal = Total de habitantes do país	Liu et al. (2019), Al-Naser e Hamdan (2021)
% da pop. com idade superior a 65 anos	$\text{PopSup65} = \frac{\text{Total de habitantes com idade superior a 65 anos}}{\text{Total de habitantes do país}} \times 100$	Gemmel, Kneller e Sanz (2008)
Renda per capita	RendaPC = Produto Interno Bruto/ Total de habitantes	Ifa e Guetat (2018) e Kutasi e Marton (2020)

Fonte: Elaboração própria.

A amostra compreendeu todos os 36 países que compõem o continente americano. Sendo 3 (três) da América do Norte, 20 (vinte) da (América Central) e 13 (treze) da América do Sul. Destaca-se que se utilizou o Índice de Governança WGI (IndGovGeral) apenas para efeito da análise descritiva, cujo cálculo foi realizado mediante somatório dos fatores de governança divididos por seis. O intuito é para que se tivesse uma visão global da posição de cada país da amostra, no *ranking* geral.

Após a seleção dos países e efetiva coleta dos dados, realizou-se análise descritiva dos fatores e índice geral de governança pública. Na sequência, sucedeu-se à análise por meio da técnica econométrica de dados em painel equilibrado (por meio do *software* Stata, v. 13).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e a análise dos dados coletados. Inicialmente, apresentam-se as estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) dos fatores de governança na Tabela 1, correspondendo ao intervalo de 2000 a 2020.

Tabela 1 – Estatística descritiva dos fatores de governança pública e do índice geral (2000 a 2020)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
GovD1VR	720	-1,89	1,67	,3697	,69554
GovD2EPAV	720	-2,37	1,36	,0887	,72135
GovD3EG	720	-2,08	1,99	,0500	,76578
GovD4QR	720	-2,36	1,89	,0868	,77672
GovD5ED	720	-2,35	1,89	-,0531	,86969
GovD6CC	720	-1,72	2,12	,0845	,86298
IndGovGeral	720	-1,82	1,68	,1039	,71034

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 1 que dentre os países das Américas, o maior valor do Índice Geral de Governança Pública (IndGovGeral) foi de 1,68 registrado pelo Canadá, no ano de 2016. Na verdade, esse país sobressaiu-se ante os demais em todos os anos da amostra estudada, seguido dos Estados Unidos da América (EUA). Contudo, há que se mencionar que os EUA dividiram os holofotes, em momentos alternados, com Barbados (América Central), Chile (América do Sul) e Bahamas (América Central).

Não se admira que Canadá e EUA tenham registrado a melhor governança pública, pois o Canadá é um dos países mais ricos do mundo, com um elevado rendimento per capita, além de estar entre as dez maiores nações comerciais (OCDE, 2020), possuir uma economia mista e ser classificado acima dos EUA e da maioria das nações da Europa ocidental no *Index of Economic Freedom* da Heritage Foundation. Já os EUA possuem uma economia alimentada pela abundância de recursos naturais, infraestrutura bem desenvolvida, alta produtividade (OCDE, 2020), além de serem um forte líder econômico, político e cultural mundial e possuir uma força de trabalho com bons índices de educação (WORLD BANK, 2019).

Dentre os fatores de governança, percebe-se que o valor máximo foi registrado no ano de 2004, pela dimensão “Controle da corrupção” (GovD6CC), sendo o Canadá o país que se destacou positivamente, com um valor de 2,12. Ao passo que, o menor valor dentre as dimensões foi de -2,37, correspondendo ao fator “Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo” (GovD2EPAV), registrado pela Colômbia, no ano de 2003.

Na Tabela 2, apresentam-se os coeficientes das regressões que permitem verificar a influência dos fatores de governança na composição das despesas públicas no crescimento econômico dos países das Américas.

Tabela 2 – Coeficientes das regressões da influência da governança pública na composição das despesas e no crescimento dos países das Américas (2000 a 2020)

Variáveis Independentes e de Controle	Variáveis de Estrutura das Despesas			Tamanho	Crescimento
	DespEduc	DespSaud	DespDefes	DespTot	PIB
	Modelo Pools	Modelo Pools	Modelo Pools	Efeito Fixo	Modelo Pools
GovD1VR	1,44*	-3,25	-8,69*	-1,48*	6,75**
GovD2ePAV	-2,21	5,17**	-7,77*	2,66	-7,62
GovD3EG	9,06***	-8,30**	4,82*	-3,33	-3,80
GovD4QR	-2,22	2,11	-1,02*	-6,09*	5,85***
GovD5ED	-8,79**	-5,02	9,48*	1,72*	3,49
GovD6CC	-7,66	9,08*	9,09*	-4,11	-8,23**
PopTotal	5,36*	2,13*	4,88*	-2,08	-3,97***
PopSup65	-6,71**	-1,66*	0,03***	0,01	0,027
RendPC	-3,03**	6,08*	-1,04	-4,87	-4,70*
Constante	3,74*	5,82*	1,35*	1,41*	2,78*
R ² within	-	-	-	0,17	-
R ² between	0,11	0,400	0,48	-	0,11
R ² overall					
Sign. do Modelo	6,32*	35,75*	43,99*	7,11*	8,02*
Teste Breach and Pagan	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Teste Chow	0,2166	0,1694	0,2207	0,000	0,1107
Teste Hausman	0,0206	0,0155	0,008	0,000	8,02
Nº de Observações	425	567	471	369	629

Legenda: * Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 10%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 2, que foram feitas 5 (cinco) regressões (uma para cada variável dependente). Conforme os testes LM de Breusch-Pagan, Chow e Hausman, os modelos econométricos ideais a serem utilizados nesta pesquisa foram o *Pooled* para as

variáveis de estrutura das despesas (despesas com educação, saúde e defesa) e crescimento (PIB) e o modelo de Efeitos Fixos para o tamanho das despesas (despesas totais), tendo em vista que o resultado do p-value ($\text{Prob}>\chi$) do teste Breusch-Pagan foi maior que 0,05 em todas as regressões. Ao passo que, o teste Chow registrou um p-value ($\text{Prob}>F$) maior que 0,05 em quatro das cinco regressões (a exceção da regressão que calculou o tamanho das despesas), validando a escolha pelo modelo Pools. No teste Hausman o p-value ($\text{Prob}>\chi$) foi menor que 0,05 na regressão das despesas totais, indicando a utilização dos efeitos fixos, em detrimento dos aleatórios.

Nota-se também que embora os *R-square* do modelo (6,32%, 35,75%, 43,99%, 7,11% e 8,02%) pareçam baixos, esses coeficientes indicam boa adequação da modelagem proposta, uma vez que é comum os modelos de dados em painel oferecem R^2 baixos (FÁVERO *et al.* 2009), a exemplo do encontrado em estudos similares.

Verifica-se na Tabela 2 que a variável dependente “despesa com educação” está relacionada positivamente com os fatores de governança “Voz e responsabilização” (nível de 1%) e “Eficácia do governo” (nível de 10%), bem como, com a variável de controle “População total” (nível de 1%). Ao passo que, registra relação negativa com as variáveis “Estado de direito”, “População superior a 65 anos” e “Renda per capita”, todas a 5%.

Tais achados indicam que quanto maior a “Voz e responsabilização”, a “Eficácia do governo” e a “População total” do país, maiores serão os aportes de recursos em educação. Contrariamente, quanto maior for o “Estado de direito”, a “População superior a 65 anos” e a “Renda per capita”, menor serão os percentuais do PIB direcionados à educação.

Enquanto as “despesas com saúde” são influenciadas positivamente pelos fatores de governança “Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo” (nível de 5%) e “Controle da corrupção” (nível de 1%) e também pelas variáveis de controle “População total” e “Renda per capita”, ambas ao nível de 1%. Quanto às variáveis “Eficácia do governo” (nível de 5%) e “Percentual da população com idade superior a 65 anos de idade” (nível de 1%), notou-se uma influência negativa.

Percebe-se que a variável dependente “despesa com defesa” é influenciada por todos os fatores de governança, ora positivamente (“Eficácia do governo”, “Estado de direito”, “Controle da corrupção”), ora negativamente (“Voz e responsabilização”, “Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo” e “Qualidade regulatória”). Além ser influenciada positivamente pelas variáveis de controle “População total” e “População superior a 65 anos”.

No tocante à variável que retrata o tamanho das despesas (DespTot), observa-se que é influenciada positivamente pela “Eficácia do governo” e, negativamente pela “Voz e responsabilização”, todas ao nível de 1%. Ao passo que o “crescimento econômico” dos países da amostra retratado pelo Produto Interno Bruto é influenciado positivamente pela “Voz e responsabilização” e “Qualidade regulatória” e negativamente pelo “Controle da corrupção”, “População total” e “Renda per capita”.

Ante o apresentado na Tabela 2, contraria-se os achados de De La Croix e Delavallade (2009) e Magdalena e Suhatman (2020), visto que tais autores constataram que a corrupção diminui os gastos com educação. Neste estudo, especificamente, não se registrou influência da corrupção nas despesas com educação.

Corroborar-se em parte com os achados de De La Croix e Delavallade (2009), pois estes constataram que a corrupção aumenta a proporção, não só das despesas com defesa, mas também, as despesas com serviços públicos, combustível, energia e cultura, em detrimento das despesas com educação e saúde (ou seja, reduz esses dois últimos tipos de despesa). Neste estudo, os resultados indicaram que quanto maior a corrupção de um país, maiores serão os gastos com defesa e com saúde, não influenciando o aporte de recursos na educação.

Informa-se que os países das Américas que mais investiram em educação proporcionalmente ao PIB (*ranking* dos 20 que mais investiram), ao longo dos anos de 2000 a

2020, foram Cuba (anos 2001 e 2005), Costa Rica (maioria dos anos da amostra), Belize (2015 a 2017) e Guiana e os menores percentuais do PIB em educação ficaram com Venezuela (2016), Uruguai (2016), El Salvador (2002), Granada (2014), Argentina (2000) e Canadá (2009).

Quanto às despesas com saúde, os EUA (2002 a 2016 os gastos foram ascendentes nessa rubrica), Cuba e Canadá sobressaíram-se com o maior volume investido em proporção do PIB e Equador, Granada e Trinidad e Tobago registraram os menores volumes neste tipo de despesa. Enquanto nas despesas com defesa os países que se destacaram com os valores mais vultosos foram Belize, Honduras, Canadá, Paraguai (proporcionalmente ao longo dos anos, em % do PIB, foi o que mais investiu) e El Salvador. Ao passo que Costa Rica e Panamá tiveram os menores valores direcionados às despesas com defesa.

Destaca-se que o Canadá foi o país que apresentou os maiores percentuais de despesas com saúde e defesa em proporção do PIB e um dos que menos fez aporte de recursos em despesas com educação. Além de deter a melhor governança dentre as américas, com grande diferença para os demais países, de acordo com o WGI. À vista disso, esses resultados condizem em parte com os achados de De La Croix e Delavallade (2009) e Gründler e Potrafke (2019) que demonstraram que países menos corruptos priorizam a saúde e a educação. D'Agostino *et al.* (2016) propuseram que a corrupção diminui o crescimento econômico ao promover os gastos com defesa.

Considerando o caso do Canadá, pode-se contrariar ainda o estudo de Kutasi e Marton (2020), em parte, pelo menos, pois os autores encontraram que a governança de alta qualidade leva a uma maior participação nas despesas de educação e saúde e a uma menor participação dos gastos de defesa no total das despesas.

Quanto à variável dependente PIB, que neste estudo representa o crescimento (desenvolvimento) econômico do país, coaduna-se com os achados de Markus e Mendelski (2015), Wilson (2016) e Al-Naser e Hamdan (2021). Tais autores, usando uma variedade de indicadores para capturar diferentes aspectos da governança pública, confirmaram conexões significativas entre governança e crescimento. Dzhumashev (2014) ressalta que a qualidade da governança molda a ligação entre corrupção e crescimento. Na mesma linha, tem-se D'Agostino *et al.* (2016) que verificaram que o combate à corrupção sugere a eficiência dos gastos públicos e o crescimento econômico, com isso, fortalecem-se os resultados aqui registrados.

Thanh, Hart e Cahn (2020), constataram que a boa governança, caracterizada por atributos como encargos informais mais baixos, transparência e maior responsabilidade e política imparcial são essenciais para melhorar o crescimento. Corroboram-se ainda com parte dos achados de Nedic' *et al.* (2020), pois ao utilizarem as dimensões (fatores) de governança do WGI e as relacionaram com o crescimento econômico, obtiveram um resultado estatisticamente significativo e positivo do fator de governança Efetividade Governamental e Qualidade Regulatória com o crescimento. Além de significância negativa com Controle da Corrupção e Estado de Direito.

Assim como asseverado por Cooray (2009) ao analisar setenta e um países, entende-se que tanto o tamanho, quanto a qualidade da atividade governamental são importantes para o crescimento econômico. Ou seja, para alcançar um melhor desempenho de crescimento, o investimento na capacidade de governança aprimorada deve ser uma prioridade.

Constatou-se que a governança pública exerceu influência na estrutura (despesa com educação, saúde e defesa) e no tamanho (despesas totais) das despesas públicas, alinhando-se com os achados de Mauro (1998), Dreher e Herzfeld (2005), Kagundu (2006), Rajkumar e Swaroop (2008), De La Croix e Delavallade (2009). Verificou-se ainda que a boa governança exerceu influência no crescimento econômico dos países das Américas, coadunando-se com os resultados de Thanh, Hart e Cahn (2020).

No que compete à percentagem da população maior que 65 anos, Gemmel, Kneller e Sanz (2008) não encontraram quaisquer indícios de que essa percentagem aumentasse as despesas com saúde, portanto, esta pesquisa não está alinhada com o evidenciado por esses autores, posto que, aqui também foi constatado que quanto maior for esse percentual da população, menores serão os aportes de recursos em educação e saúde e maior o volume de recursos em despesa com defesa. Contrariando-se também com o encontrado por Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (2002), posto que os autores constataram relação negativa desse percentual da população nas despesas com defesa.

Concernente à população total, Gemmel, Kneller e Sanz (2008) encontraram uma associação positiva aumentativa desta, com as despesas com defesa, saúde, educação e bem-estar social, portanto, esta pesquisa coaduna com esses autores.

A qualidade da governança pública, apresentada na Tabela 02, medida por diferentes fatores, influencia as despesas públicas, está em conformidade com as pesquisas de Yamamura e Hondoh (2013) e Su e Bui (2017) que asseveram que a governança impacta no montante e composição das despesas públicas. Segundo constataram Rajkumar e Swaroop (2008), Su e Bui (2017) e Thanh, Hart e Cahn (2020) o impacto dos gastos públicos sobre os resultados é maior quando se tem um ambiente de boa governança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo geral verificar a influência dos fatores de governança pública na composição (estrutura e tamanho) das despesas públicas e no crescimento econômico dos países do continente americano. Para atender ao objetivo, realizou-se pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa, mediante aplicação de estatísticas descritivas e dados em painel nos 36 países do continente que detinham os dados necessários para a análise.

Os resultados indicaram que os países da América do Norte registraram os melhores índices de governança, especificamente Canadá e EUA. Sendo Canadá com os melhores resultados em praticamente todos os fatores de governança. Notou-se que alguns países da América Central também estiveram entre os países com melhores indicadores de governança. Contudo, a América do Sul, de modo geral, possui índices que precisam ser aperfeiçoados.

No que concerne às contribuições empíricas, corroborou-se e contrapôs-se uma série de resultados já registrados em pesquisas anteriores no que concerne à influência da governança pública na composição das despesas e no crescimento, como explicado a seguir.

Por exemplo, diferentemente do encontrado por De La Croix e Delavallade (2009) de que países menos corruptos priorizavam a saúde e a educação. Nesta pesquisa, pelo menos um dos resultados destoou destes achados. Uma vez que o Canadá foi o país que apresentou os maiores percentuais de despesas com saúde e defesa em proporção do PIB e um dos que menos fez aporte de recursos em despesas com educação, mesmo sendo o país das américas com a melhor governança. Além de contrapor Kagundu (2006), posto que, este constatou que governança de alta qualidade conduzia a uma menor participação nos gastos com defesa.

Com os achados desta pesquisa pode-se inferir que a maioria dos países da América Central e, principalmente da América do Sul, necessita de um plano de contenção da corrupção, bem como, de melhor eficiência na alocação dos recursos públicos e melhores investimentos em capital humano, pois assim, poderão alavancar seu crescimento e quem sabe, ser referência positiva mediante aumento da credibilidade perante as nações desenvolvidas.

Segundo Rodrik (1998) a fraqueza das instituições nacionais na gestão de conflitos tem sido o “calcanhar de Aquiles” da estratégia de desenvolvimento de vários países, deixando-os suscetíveis aos choques externos. Sendo reflexivo e analisando os cenários friamente, a exemplo do relatado pelo autor, também se acredita que a crise é o instigador da

reforma e se uma economia em crise ainda não foi reformada, a explicação frequentemente proferida é que a crise não ainda se tornou grave o suficiente.

Após análise dos dados, crê-se também que há necessidade de melhorar a qualidade do sistema judiciário e a burocracia pública em boa parte dos países em estudo, bem como, dirimir esforços para diminuir com a corrupção, especialmente na América do Sul, que registrou pífios resultados em todos os fatores de governança pública do WGI, especialmente no quesito controle da corrupção.

Nesse sentido, os resultados empíricos obtidos nesta pesquisa podem ser uma estrutura útil para modelar as políticas de desenvolvimento dos países das Américas, representando guia importante para os formuladores de políticas implementarem medidas destinadas a melhorar a qualidade das instituições e, ao mesmo tempo, modelar políticas de crescimento econômico.

Dentre as limitações da pesquisa, além da indisponibilidade de alguns dados das variáveis aqui empregadas, pode-se elencar que não foram considerados outros fatores, tais como: contexto institucional dos países, bem como os ciclos políticos atrelados e a forma de governo adotada, os quais afetam diretamente todas as variáveis. Tais limitações, constituem-se como sugestões para futuras pesquisas. Sugere-se também ampliar o estudo com a adoção de outros indicadores, tais como ESG (*Environmental, Social and Governance*) e Responsabilidade Social. Há de se considerar também que entre os países há diferenças culturais, sociais e de desenvolvimento, sugerindo-se aglutinar os países por clusters, considerando tais aspectos, possibilitando melhor análise e comparabilidade entre os países internos aos clusters.

REFERÊNCIAS

AL-NASER, M.; HAMDAN, A. The impact of public governance on economic growth: Evidence from gulf cooperation council countries. **Economics & Sociology**, v. 14, n. 2, p. 85-110, 2021.

ALMEIDA-SANTOS, P. S.; DANI, A. C.; DAL MAGRO, C. B.; MATIAS-PEREIRA, J.; ZONATTO, V. C. da S. Efeitos da Qualidade da Governança Pública no Sentimento de Confiança da População em Países da América Latina. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 228–238, 2018. DOI: 10.21118/apgs.v10i4.5518. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5518>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ALMQVIST, R.; GROSSI, G.; VAN HELDEN, G. J.; REICHARD, C. Public sector governance and accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 7-8, p. 479-487, 2013.

BACIU, L.; BOTEZAT, A. A comparative analysis of the public spending efficiency of the new EU member states: a DEA approach. *Emerging Markets Finance and Trade*, v. 50, n. sup4, p. 31-46, 2014.

BOTELHO, T. R.; HELD, T. M. Da administração pública burocrática à gerencial: o desafio da politização da burocracia no presidencialismo de coalizão. **Revista Do Direito**, n. 63, p. 163-185, 2021. <https://doi.org/10.17058/rdunisc.v0i63.14712>

BUTA, B.O.; TEIXEIRA, M.A.C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 370-395, 2020. <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>

CAETANO, F. A. D. O.; ARAÚJO, J. A. D.; KHAN, A. S. Fatores condicionantes do desenvolvimento socioeconômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva do PIB e

dos indicadores globais de governança. **Interações (Campo Grande)**, v. 20., n. 1, p. 95- 109, 2019. <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1646>

CHAN, S. G.; KARIM, M. A. Z. Public spending efficiency and political and economic factors: Evidence from selected East Asian countries. **Economic Annals**, v. 57, n. 193, p. 7-23, 2012. <https://doi.org/10.2298/EKA1293007C>

CHUGUNOV, I.; PASICHNYI, M. Fiscal stimuli and consolidation in emerging market economies. Available at SSRN 3281533, 2018.

COORAY, A. Government expenditure, governance and economic growth. *Comparative Economic Studies*, v. 51, n. 3, p. 401-418, 2009.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. 3a ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

D'AGOSTINO, G., DUNNE, J.P., PIERONI, L. Government spending, corruption and economic growth. **World Development**. v. 84, p. 190–205, 2016.

DANI, A. C., DAL MAGRO, C. B., MATIAS-PEREIRA, J., & DA SILVA ZONATTO, V. C. Efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais: uma análise para países latino-americanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, 2018.

DE LA CROIX, D.; DELAVALLADE, C. Growth, public investment and corruption with failing institutions. *Economics of Governance*, v. 10, n. 3, p. 187-219, 2009.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. Sociedade, desenvolvimento e o papel estratégico do Estado: uma reflexão sobre o surgimento da Governança Pública. **Ensaio FEE**, v. 35, n. 2, 2014. Disponível em <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2876>

DREHER, A.; HERZFELD, T. The economic costs of corruption: a survey and new evidence. 2005. Available at SSRN 734184.

DZHUMASHEV, R. Corruption and growth: The role of governance, public spending, and economic development. **Economic Modelling**. v. 37, p. 202-215, 2014.

ETEROVIC, D. S.; ETEROVIC, N. A. Political competition versus electoral participation: effects on government's size. **Economics of Governance**, v. 13, n. 4, p. 333-363, 2012.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. D.; CHAN, B. L. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

GAYGIZIS, E. How are cultural dimensions and governance quality related to socioeconomic development? **The Journal of Socio-Economics**, v. 47, p. 170-179, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.socec.2013.02.012>

GEMMELL, N.; KNELLER, R.; SANZ, I. Foreign investment, international trade and the size and structure of public expenditures. **European Journal of Political Economy**, v. 7, n. 24, p. 151 – 171, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2007.06.004>

GOMES, A. L. N.; SILVA, N. G. A. Modelos de administração pública presentes na gestão de instituições de ensino superior (IES). **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 13, n. 1, 2020.

GRÜNDLER, K.; POTRAFKE, N. Corruption and economic growth: New empirical evidence. *European Journal of Political Economy*, v. 60, p. 101810, 2019.

GUPTA, S.; DAVOODI, H.; ALONSO-TERME, R. Does corruption affect income inequality and poverty? **Economics of Governance**, v. 3, n. 1, p. 23-45, 2002.

<https://doi.org/10.1007/s101010100039>

HU, B.; MENDOZA, R. U. Public health spending, governance and child health outcomes: revisiting the links. *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 14, n. 2, p. 285-311, 2013. <https://doi.org/10.1080/19452829.2013.765392>

IFA, A.; GUETAT, I. Does public expenditure on education promote Tunisian and Moroccan GDP per capita? ARDL approach. **The Journal of Finance and Data Science**, v. 4, n. 4, p. 234-246, 2018.

JACQUES, F. V. S.; VICENTE, E. F. R.; ENSSLIN, S. R. Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais. In: **Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**, XIV. Lisboa: Iscal, 2013.

KAGUNDU, P. **The Quality of Governance, Composition of Public Expenditures, and Economic Growth: An Empirical Analysis**. Georgia State University, 2006.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; ZOIDO, P. **Aggregating governance indicators**. World Bank Publications, 1999.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Response to 'What do the worldwide governance indicators measure?'. *The European Journal of Development Research*, v. 22, n. 1, p. 55-58, 2010. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2009.49>

KUMAH, S.; BRAZYS, S. Democracy or accountability? Governance and social spending in Africa. *The Journal of Development Studies*, v. 52, n. 2, p. 286-299, 2016. <https://doi.org/10.1080/00220388.2015.1087513>

KUTASI, G.; MARTON, Á. The long-term impact of public expenditures on GDP-growth. *Society and Economy*, v. 42, n. 4, p. 403-419, 2020.

LAPUENTE, V.; VAN DE WALLE, S. The effects of new public management on the quality of public services. **Governance**, v. 33, n. 3, p.461-475, 2020. <https://doi.org/10.1111/gove.12502>

LIU, J.; ZHANG, X.; LIN, J.; LI, Y. Beyond government-led or community-based: Exploring the governance structure and operating models for reconstructing China's hollowed villages. **Journal of Rural Studies**, 2019.

LUPU, D.; PETRISOR, M. B.; BERCU, A.; TOFAN, M. The impact of public expenditures on economic growth: A case study of Central and Eastern European countries. **Emerging markets finance and trade**, v. 54, n. 3, p. 552-570, 2018

MACÊDO, F. F. R. R., MACHADO, M. V. V., SCARPIN, J. E. Controle Interno no Setor Público: estudo em uma prefeitura do interior do Ceará sob a ótica da Instrução Normativa nº 1/1997 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 43, 2014.

MAGDALENA, S.; SUHATMAN, R. The Effect of Government Expenditures, Domestic Investment, Foreign Investment to the Economic Growth of Primary Sector in Central Kalimantan. **Budapest International Research and Critics Institute-Journal (BIRCI-Journal)**, v. 3, n. 3, p. 1692-1703, 2020.

MANDELI, K. N. New public governance in Saudi cities: An empirical assessment of the quality of the municipal system in Jeddah. **Habitat International**, v. 51, p. 114-123, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.10.020>

- MARKUS, S.; MENDELSKI, M. Institutional complementarity, economic performance and governance in the post-communist world. *Comparative European Politics*, v. 13, n. 3, p. 376-404, 2015.
- MARTINS, P. L.; KUNZ, K. M.; SANTOS NETA, M. do C. A (des) motivação do servidor público frente as mudanças de gestão administrativa. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 57, p. 319-336, 2021.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 5. ed.rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.
- MAURO, P. Corruption: causes, consequences, and agenda for further research. **Finance & Development**, v. 35, n. 001, 1998.
- MOHANTY, R. K.; BHANUMURTHY, N. R. Assessing public expenditure efficiency at Indian states. **National Institute of Public Finance and Policy**, New Delhi, NIPFP Working Paper, 225, 2018.
- NEDIĆ, V.; DESPOTOVIĆ, D.; CVETANOVIĆ, S; DJUKIĆ, T.; PETROVIĆ, D. Institutional reforms for economic growth in the Western Balkan countries. **Journal of Policy Modeling**, v. 42, n. 5, p. 933-952, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2020.04.002>
- PONIATOWICZ, M.; DZIEMIANOWICZ, R.; KARGOL-WASILUK, A. Good governance and institutional quality of public sector: theoretical and empirical implications. **European Research Studies Journal**, v. 23, n. 2, p. 529-556, 2020.
- RAJKUMAR, A. S.; SWAROOP, V. Public spending and outcomes: Does governance matter? **Journal of development economics**, v. 86, n. 1, p. 96-111, 2008.
- RODRIK, D. Globalisation, social conflict and economic growth. **The World Economy**, v. 21, n. 2, 1998. <https://www.ias.edu/sites/default/files/sss/pdfs/Rodrik/Research/globalization-social-conflict-economic-growth.PDF>
- SCARPIN, J. E.; MACÊDO, F. F. R. R.; STAROSKY FILHO, L.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do estado de Santa Catarina. **Gestão Pública: práticas e desafios**, v. 3, n. 2, 2012.
- SILVA, I. P. da; MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D. de; SCARPIN, J. E. Influência da globalização econômica e da governança pública na estrutura das receitas e despesas públicas dos países da América Latina. In: **USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING**, 17, 2020, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2020
- SILVA, M. F. Sociedade limitada: a política de terceirização no setor público brasileiro. 202a. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.
- SU, T. D.; BUI, T. M. H. Government size, public governance and private investment: The case of Vietnamese provinces. **Economic systems**, v. 41, n. 4, p. 651-666, 2017.
- SWARBRICK, A. Effective public sector governance and how external public auditing supports it. Paper for the **UCCI International Conference on Leadership, Governance and Empowerment in the Caribbean**, 2011
- TEIXEIRA, A.F.; GOMES, R.C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4>
- THANH, S. D.; HART, N.; CANH, N. P. Public spending, public governance and economic growth at the Vietnamese provincial level: A disaggregate analysis. **Economic Systems**, v. 44, n. 4, 100780, 2020.

VÁMOŠOVÁ, E. Analýza image pánské módní značky. 2018.

WILSON, R. Does governance cause growth? Evidence from China. **World Development**, v. 79, p. 138–151, 2016.

WORLD BANK. Worldwide Governance Indicators, 2019. *Retrieved September 4, 2021*, from <https://info.worldbank.org/governance/wgi/>

YAMAMURA, E.; KONDOH, H. Government Transparency and Expenditure in the Rent- Seeking Industry: The Case of Japan for 1998–2004. **Contemporary Economic Policy**, v. 31, n. 3, p. 635-647, 2013.

ZHANG, Y.; WANG, Q.; TIAN, T.; YANG, Y. Volatility in natural resources, economic performance, and public administration quality: Evidence from COVID-19. **Resources Policy**, v. 76, 102584, 2022.